

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

### **PROJETO DE LEI Nº 3.821, DE 2000**

Acrescenta dispositivo ao parágrafo segundo do artigo 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

**Autora:** Deputada **ESTHER GROSSI**

**Relator:** Deputado **PAULO LIMA**

#### **I – RELATÓRIO**

O presente projeto de autoria da Deputada Esther Grossi “Acrescenta dispositivo ao parágrafo segundo do artigo 37 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996”. Propõe a ampliação da oferta de educação escolar regular de jovens e adultos, hoje testrita ao ensino noturno, para o ensino diurno.

Na justificação, destaca a Autora:

“Acostumou-se a pensar e a qualificar como noturno o estudo para aqueles que, por uma exclusão primeira, não puderam freqüentar o ensino fundamental e médio na idade própria. Essa associação surgiu pelo fato de, como adultos, a maioria dessa população, por necessidade de trabalho, não poder realizá-lo no horário diurno.”

Nesta Comissão foi aberto o prazo para recebimento de emendas a partir de 06 de abril de 2001. Esgotado o prazo regimental, não foram recebidas emendas ao Projeto.

É o Relatório.

#### **II - VOTO DO RELATOR**

A educação está assegurada em vários estatutos universais como: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (França, agosto de 1789); a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (março de 1948) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (dezembro de 1948).

A nossa Constituição Federal em seu art. 6º consagra a educação como um dos direitos sociais, dentro do título que trata “Dos Direitos e Garantias Fundamentais” e do capítulo “Dos Direitos Sociais”, mas os fundamentos constitucionais da educação encontram-se inseridos, de forma detalhada, no Título “Da Ordem Social” e, mais especificamente, na seção I, “Da Educação”, que está dentro do Capítulo II: “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, em seu art. 205 encontramos que: “a educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a elaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E no art. 208 assegura ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive, “para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria”.

O direito à educação está amplamente legislado, precisamos, agora, criar mecanismos legais que solucionem a difícil equação do analfabetismo da população com mais de quinze anos, e da inserção de todos na sociedade brasileira.

Temos, em nosso País, dezenove milhões de analfabetos absolutos e trinta e cinco milhões de analfabetos funcionais acima de quinze anos. É uma estatística, no mínimo constrangedora.

Em que pese os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado nesta Comissão e hoje, Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, que propõe: estabelecer, a partir da aprovação do PNE, programas visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo, é preciso adequar esta oferta de ensino à realidade do trabalhador brasileiro.

Tanto há trabalho diurno como noturno. Há um grande contingente de trabalhadores analfabetos no período noturno. E há trabalhadores que alfabetizados desejam continuar estudando. É a educação continuada que vem sendo difundida por universidades e empresas.

Não seria justo concentrarmos todos os cursos de jovens e adultos somente no período noturno. As oportunidades deveriam ser oferecidas ao longo das 24 horas, como um grande mutirão nacional, para que, o ensino possa beneficiar todos os brasileiros.

Diante do exposto, voto pela aprovação do PL nº 3.821, de 2000.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2001.

Deputado **PAULO LIMA**

Relator